

“DICIONÁRIO FILOSÓFICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS”, UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A POSIÇÃO-SUJEITO DICIONARISTA

Gabriela Gonçalves Ribeiro¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo analisar como a questão do silêncio constitutivo afeta a produção de sentidos em um dicionário de especialidade e como isso comparece no prefácio de uma obra, focando na posição-sujeito dicionarista. A posição-sujeito, assim como pensada por Pêcheux em “*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*” (2014), nos guiou a analisar como a posição-sujeito dicionarista emerge no prefácio do *Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais* (2010). A posição-sujeito dicionarista, que tratamos neste artigo, mostrou-se plena em contradições, sendo fundamental na construção de um dicionário de especialidade, e é a partir da posição-sujeito que ao tomar o silêncio como constitutivo, se constroem as evidências e contradições no prefácio.

Palavras-chave: Posição-sujeito. Dicionário de especialidade. Prefácio. Análise de Discurso.

“PHILOSOPHICAL DICTIONARY: FUNDAMENTAL CONCEPTS”, A PROPOSAL FOR DISCURSIVE ANALYSIS ON THE DICTIONARY-WRITER'S SUBJECT-POSITION

Abstract: This article aims at analyzing how the issue of constitutive silence affects the production of meaning in a specialized dictionary and how this appears in the preface of a work, focusing on the lexicographer's subject-position. The subject-position, as conceived by Pêcheux in "Les vérités de La Palice" guided us to analyze how the lexicographer's subject-position appears in the preface of the *Philosophical Dictionary: fundamental concepts*. The lexicographer's subject-position that we address in this article proved to be full of contradictions, being fundamental in the construction of a specialized dictionary, and it is from this position that, by taking silence as constitutive, the evidence and contradictions in the preface are constructed.

Keywords: Subject-position. Specialized dictionary. Preface. Discourse Analysis.

1 Mestre em Estudos Linguísticos (UFSM), e atualmente doutoranda do PPGL–UFSM, com pesquisas em ênfase em efeitos/ produção de sentidos em instrumentos linguísticos. Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do Grupo Palavra, Língua e Discurso, o PALLIND (UFSM). E-mail: gabrielaggr4@gmail.com

Para introduzir...

A obra “*Les vérités de La Palice*”, da autoria de Michel Pêcheux completa 50 anos em 2025, e ainda suscita leituras e reflexões sobre os conceitos estabelecidos pelo autor nesse livro tão importante para os estudiosos da Análise de Discurso de viés materialista. O presente artigo é uma homenagem a Michel Pêcheux, e nada melhor do que manter os conceitos propostos por ele em movimento, que é o que propomos com este artigo submetido ao dossiê “*Les vérités de La Palice, 50 anos depois*” da revista Interfaces, com a proposta de mobilizar o conceito de posição-sujeito no interior de um dicionário de especialidade.

Para dar início ao nosso artigo, precisamos considerar que no campo da Análise de Discurso materialista no Brasil, os dicionários são objetos de pesquisas há algum tempo, resultando em trabalhos de pesquisas publicadas (Orlandi, 2002; Nunes, 2006; Petri, 2010) ao abordar os dicionários como uma materialidade discursiva, como discurso afetado pelo trabalho da ideologia. Aos leigos, os dicionários produzem um efeito de completude, de que nele estão todas as palavras e o sentido literal de cada uma delas, todavia, sabemos que essa totalidade não existe, que não há como reunir todas as palavras e muito menos todos os sentidos. O que encontramos nos dicionários são os sentidos mais ou menos estabilizados, mas não a totalidade, uma vez que o lexicógrafo/dicionarista precisa fazer escolhas na construção de um dicionário.

Entendemos, de acordo com Aurox (1992), que os dicionários são instrumentos linguísticos da maior importância, uma vez que são frutos do que o historiador nomeia como a 'revolução tecnológica da linguagem' e servem para ensinar e aprender uma língua de forma sistemática. Consideramos o dicionário um dos pilares do saber metalinguístico e é através dele que evidências de sentidos são construídas, na tentativa de estabilizar determinado sentido

no discurso e de reunir conhecimento em determinadas áreas. No que se refere aos dicionários de especialidade, os chamaremos somente de “instrumentos”, uma vez que eles instrumentam um campo do saber a partir de uma determinada língua. Ainda que os dicionários de língua sejam os mais conhecidos, existem outros tipos de dicionários disponíveis atualmente: dicionários de línguas estrangeiras, de língua materna e também aqueles conhecidos como dicionários de especialidade, que contêm verbetes significativos para áreas específicas do conhecimento, que ao invés de didatizar uma língua, didatizam uma área do conhecimento a partir de uma língua e se aproximam do conhecimento enciclopédico.

Nosso objetivo, por meio da Análise de Discurso de linha francesa, é compreender como o silêncio afeta a produção de efeitos de sentido em um dicionário de especialidade, no caso o *Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais* de Regina Schopke (2010), sobretudo, entendendo o silêncio como constitutivo da posição-sujeito dicionarista que emerge no prefácio da obra.

Dicionário de especialidade: algumas considerações

Os dicionários de língua podem ser considerados os mais acessíveis, uma vez que temos contato com esses instrumentos linguísticos desde a escola, todavia, existem outros tantos tipos de dicionários, entre eles, o dicionário de especialidade. Se faz necessário estabelecer as diferenças entre os dicionários de língua e os dicionários de especialidade, para isso recorreremos a tese de doutorado intitulada “*A militância na/ da produção do conhecimento científico: uma análise discursiva do dicionário da educação do campo*” de Lucas Flores. De acordo com Flores (2019):

No entanto, quando se trata de um dicionário de especialidade, ele descreve, a partir de uma língua dada, a instrumentalização de um campo do saber, um conhecimento de uma especialidade. E isso nos interessa: o dicionário (e a gramática) instrumentaliza uma língua, o dicionário de especialidade instrumentaliza, não a língua, mas a partir de uma dada língua, ou seja, a partir de um campo do saber e de um modo de produção do conhecimento. (Flores, 2019, p. 97)

Compreendemos que os dicionários de especialidade possuem uma fundamental diferença em relação aos dicionários de língua, eles instrumentalizam a partir de uma dada língua (que pode ser português, inglês, francês), é a partir dessa língua que se didatiza um determinado campo do saber. Tendo isso em vista, existem fatores que constituem um dicionário de especialidade, sendo estes:

a) há saberes próprios de uma formação discursiva que dizem o que é um dicionário e como ele funciona na língua em que está escrito;

b) há saberes oriundos de uma formação discursiva da especialidade que constituem suas especificidades, suas formas, seus limites.

A partir da relação entre, pelo menos, essas duas formações discursivas, surgirá, sob a forma de um sentido evidente para o sujeito – afetado pela história – o dicionário de especialidade. Entendemos que essa forma-sujeito da especialidade é quem vai, dentro da regionalização de cada formação discursiva, encontrar modos de lidar com seus saberes e negociar sentidos no interior da formação discursiva dominante. (Flores, 2019, p. 93)

Assim, entendemos que os dicionários de especialidade são aqueles em que ocorre uma negociação de sentidos que é realizada pela forma-sujeito da especialidade. A forma-sujeito da especialidade assume a posição-sujeito dicionarista, que no interior do dicionário formula os verbetes. Quando a forma-sujeito da especialidade ocupa a posição-sujeito dicionarista ela está se inscrevendo no que chamamos de formação discursiva (FD) da especialidade e é desse lugar que decorrem os efeitos de sentido. De acordo com Orlandi:

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é

compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos

de sentidos entre os locutores. (Orlandi, 2007, p. 21)

Entendemos, conforme nos coloca Orlandi (2007) que é da “relação historicamente regulada entre as muitas formações discursivas” que emergem os efeitos de sentidos, ou seja, a formação discursiva na qual se insere o dicionarista é fundamental para pensarmos quais sentidos são postos em detrimento de tantos outros.

Dessa maneira, após compreender o que é um dicionário de especialidade, apresentamos o dicionário que será objeto do presente artigo. O “*Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais*” foi publicado em 2010, organizado e escrito por Regina Schopke. A obra possui 252 páginas, e é de autoria de uma filósofa e historiadora, que se coloca na posição-sujeito dicionarista para escrever os verbetes que compõe esse instrumento. Ressaltamos nosso objetivo de analisar como a questão do silêncio constitutivo afeta a produção de sentidos em um dicionário de especialidade e como isso comparece no prefácio de uma obra, focando na posição-sujeito dicionarista.

Sobre a posição-sujeito dicionarista

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, p. 146, 2014)

Quando pensamos em dicionário, como Houaiss, Caldas Aulete, é comum pensarmos que todo mundo sabe o que é um dicionário, que as palavras da língua ali contidas “querem

dizer o que realmente dizem”, como nos ensina Pêcheux, sem questionar a escolha de palavras dos lexicógrafos/dicionaristas e muito menos os sentidos que dali emergem, e é nesse efeito que podemos observar o trabalho da ideologia. A ideologia fornece evidências de que o que está posto no dicionário é o sentido verdadeiro, literal, correto, sem que se pense na posição-sujeito dicionarista, que ocupa um papel de importância na construção do dicionário, uma vez que ao ocupar tal posição se decide sobre o prefácio, e as definições, escolhendo uma em detrimento de muitas outras.

É preciso pensar que o dicionarista também é, antes de tudo, um indivíduo que é interpelado em sujeito pela ideologia, pois é dessa relação que se produz o dizer. Esse sujeito que produz o dicionário, se inscreve majoritariamente em uma formação discursiva e ocupa uma posição-sujeito, a de dicionarista, produzindo sentidos a partir dela, fazendo com que pareça “transparente” aquilo que é constituído “pela remissão a um conjunto de FDs que funcionam com uma dominante” (Orlandi, p. 44, 2015). De acordo com Pêcheux:

Já observamos que o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (Pêcheux, p. 150, 2014)

Segundo Pêcheux, o sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina, e isso reflete no que podemos ver, ou seja, em seu discurso. Desse modo, quando tratamos de um dicionarista que é interpelado em sujeito e se identifica com uma FD dominante, seu discurso emerge no prefácio e nos verbetes postos no

dicionário, que é o que se apresenta no Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais. Não é possível separar a posição-sujeito dicionarista do sujeito que há antes dessa posição, em nosso caso uma filósofa e historiadora que se inscreve em uma FD dominante que acaba por emergir seu discurso ao ocupar a posição-sujeito dicionarista que escreve e organiza o dicionário de especialidade em questão.

Sabemos que o dicionarista, ao ocupar tal posição para construir um prefácio/verbetes, seleciona palavras que considera adequadas para o discurso que está sendo construído dentro da formação discursiva dominante. De acordo com Pêcheux, isso está diretamente relacionado ao que o autor nomeia como os esquecimentos. Conforme Pêcheux:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo o sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (Pêcheux, p. 161, 2014)

Quando o dicionarista seleciona palavras que pertencem a um determinado sítio significante, o esquecimento nº 2 está em funcionamento, as palavras postas no prefácio do dicionário de especialidade são aquelas porque não poderiam ser outras. As palavras selecionadas em um prefácio por quem ocupa a posição-sujeito dicionarista são selecionadas de modo a materializar a formação discursiva dominante daquele sujeito que formula o dicionário. O dicionarista “esquece” que as palavras postas poderiam ser outras, atestando desse modo a presença da ideologia em um efeito de evidência. Porém, Pêcheux também nos introduz ao esquecimento nº 1 que possui um papel importante no que tange a posição-sujeito. Conforme Pêcheux:

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (Pêcheux, p. 162, 2014)

Pêcheux nos institui que o esquecimento de nº1 é aquele em que o sujeito não pode se encontrar no interior de uma formação discursiva. O sujeito está inconscientemente está inscrito em uma FD dominante, em nosso caso a FD da especialidade, mas quando formula seu discurso não o faz de forma consciente, faz sem saber que o que ele diz se encaixa na FD em que está inscrito. Da mesma forma, o dicionarista que constrói o *Dicionário Filosófico*, não sabe que está inscrito em determinada formação discursiva (esquecimento nº1) que o faz selecionar algumas palavras de um sítio significativo e não outras (esquecimento nº2), atestando o funcionamento da ideologia que torna o que está no prefácio como algo da ordem do que está evidente.

Compreendendo como funciona a posição-sujeito dicionarista, nos apoiando principalmente no que Pêcheux propõe em sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, nosso próximo passo é analisar o prefácio do Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais, observando como o silêncio é constitutivo da posição-sujeito da qual nos propomos a analisar.

Delineando a análise do Dicionário Filosófico

Quem de nós lê o que está no prefácio do dicionário? Quem de nós reflete sobre a proposta do(s) autor(es)? Quem de nós se incomoda com as definições imprecisas ou insuficientes trazidas no dicionário? (Petri, 2010, p. 23)

Para começar nossa análise, consideramos pertinente traçar um olhar analítico também para a capa que compõe o *Dicionário Filosófico*, elemento que precede a “apresentação”, que consideramos como prefácio do dicionário. O dicionário em questão possui um subtítulo “conceitos fundamentais” na capa, o que nos guia a pensar que os verbetes selecionados pela autora são os que em sua visão contemplam essa base fundamental para a especialidade, no caso, a Filosofia. Na capa (Figura 1), podemos observar algumas palavras como “lógica”, “essência”, “razão”, “bem” entre outras, o que nos chama atenção por trazer o imaginário de completude dos “conceitos fundamentais” citados no subtítulo.



Figura 1: capa do Dicionário filosófico (2010)

Orlandi (2007) nos ensina que:

Quanto à completude, já tivemos a ocasião de observar em diversas ocasiões que a incompletude é fundamental no dizer. É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é, para o “nada”. Mas o silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos, quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam. (Orlandi, 2007, p. 48)

Entendemos esse “efeito de completude” que está posto na capa do dicionário que determina “x” palavra em detrimento de “y”, ao colocar uma palavra em evidência, silencia outra. Afinal, não são todos os conceitos fundamentais que estão contidos na capa (e nem no dicionário), e é essa “falta” que torna possíveis outros sentidos. Orlandi (2000) nos ensina que:

Mas se há incorporação de alguns feitos da linguística, no entanto há algo que interessa sobremaneira ao discurso e que não entra em consideração: não se olha o dicionário a partir de como os sentidos das palavras estão em processo, ou de como elas se distribuem, significando diferentemente, de acordo com as diferentes formações discursivas, que correspondem a diferentes posições de sujeito ante a ideologia. Ou seja, o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido, sem ideologia, já que segundo a análise de discurso, fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente. Essa diferença não aparece, justamente porque o efeito ideológico do dicionário apaga a ideologia, como procuraremos mostrar ao longo deste trabalho. (ORLANDI, 2000, p. 101).

Orlandi (2000) estabelece que no interior dos dicionários, não se consideram as formações discursivas e nem o modo como a ideologia comparece no interior desses instrumentos, tornando evidente alguns sentidos em detrimentos de tantos outros que existem para uma palavra. Nos dicionários, sejam eles de língua ou de especialidade, há em funcionamento, um efeito de completude, de que estão postas todas as palavras e todos os sentidos, esse é efeito é necessário para que

o dicionarista ou o lexicógrafo possa elaborar os verbetes, pois não há como dar conta da totalidade das palavras.

Quando, ao ocupar a posição-sujeito dicionarista, a filósofa “escolhe” uma determinada palavra e não outra, de certa forma, está pondo em silêncio as outras palavras que poderiam estar ali, é o silêncio como constitutivo da posição-sujeito que constrói o dicionário. Ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 96) compreendemos que a ideologia representa a saturação, o efeito de completude, se sustentando no já dito. É essa saturação que podemos observar no subtítulo e capa do *Dicionário filosófico*, uma vez que há essa ideia de completude, que pelo viés da ideologia faz com que a interpretação seja uma e não outra, e que ao dizer “x” e “y”, outros sentidos sejam silenciados. Nessa perspectiva, ao seguir para a análise da apresentação posta no *Dicionário Filosófico*, convém estabelecer o que consideramos por prefácio de acordo com a História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso.

De acordo com Nunes (2006), o prefácio é um dos domínios do dicionário que trataremos como domínio discursivo, considerando, desse modo, a historicidade de sua constituição e o sentido desses elementos em relação a outros domínios em um corpus. Consideraremos no presente artigo que:

Os prefácios, vistos aqui amplamente como os textos introdutórios de um dicionário, constituem um material fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo. Lá os autores se colocam, construindo imagens dos leitores e as do dicionário: o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere (dicionário de língua nacional, dicionário de regionalismo etc). Esse aspecto da posição do lexicógrafo refere-se ao que, a partir dessa posição, se diz (ou não diz) sobre a língua, o dicionário e seus interlocutores. Sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização, que só pode então ser explicitada por um trabalho de arquivo. (Nunes, 2006, p. 33)

Dentre as informações relevantes geralmente dispostas nos prefácios dos dicionários, a que nos interessa neste momento é a posição-sujeito do dicionarista. De acordo com Petri (2009, p. 331), ‘pensar no prefácio dos dicionários é elegê-los como espaço de observação (...) onde se revelam as facetas do sujeito que produz o dicionário’. Por isso, buscaremos adentrar os prefácios como esse lugar de observação na tentativa de analisar a posição-sujeito do dicionarista. Para isso, é necessário retomar o conhecido texto ‘*Lexicografia Discursiva*’, de autoria de Eni Orlandi (2000):

Quando pensamos o dicionário em sua relação com essa representação da língua, estamos menos interessados em seu autor – específico e ligado a uma filiação teórica particular – e mais no fato de que esse instrumento linguístico é lugar de construção de memória social, em que se marca a relação de ciência e Estado. Se, de um lado, deixamos de reverenciar o dicionário (e a gramática) como monumento à língua para vê-lo como instrumento linguístico, produzido na história em um certo momento; de outro, em nossa perspectiva, ao perder o caráter monumental para ser objeto tangível de nossa relação com a língua na história, ele se apresenta como vestígio de nossa memória histórico-social. A posição sujeito-autor de dicionário corresponde aqui não a um sujeito-autor empírico, mas a uma forma de relação do saber metalinguístico de uma sociedade com a história. (...) O dicionário adquire aqui o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas e sujeitos, na história. (Orlandi, 2000, p. 98)

Buscamos contrapor o que foi instituído por Orlandi (2000), uma vez que o ‘sujeito-autor’ do dicionário apresentado por ela nos remete ao lexicógrafo que é especialista em língua e trabalha com um dicionário de língua. Na análise que construímos, essa posição de sujeito-autor é ocupada por pesquisadores que, aqui, chamamos de dicionaristas pelo esforço de construir um dicionário, ainda que essa não seja a sua especialidade (diferentemente do caso dos lexicógrafos). Orlandi (2000) nos ensina que há um imaginário sobre a língua homogênea presente nos dicionários de língua, já no caso de um dicionário de especialidade, o imaginário é o de uma completude de informações sobre uma temática determinada. Logo, entendemos

que a posição de sujeito-dicionarista de um dicionário de especialidade constitui uma relação entre o saber de uma determinada área do conhecimento e sua relação com a sociedade e a história.

Retomando a capa do instrumento que tratamos nesse artigo, o nome que lhe foi dado também nos chama atenção, “*Dicionário filosófico*” está posto, mas porque não “Dicionário de Filosofia”? Ao adentrar o prefácio da obra, também escrito pela filósofa que assina o dicionário, podemos observar quais sentidos são resgatados ao “escolher” o nome “*Dicionário filosófico*”, como podemos ver abaixo, em um recorte do prefácio, que nomeamos recorte discursivo 1 (RD1):

Ele (o dicionário) deve introduzir os conceitos e o seu uso, mas não de um modo dogmático nem como expressão da verdade última. Afinal, se ele é filosófico, é exatamente porque se propõe ser reflexivo e crítico, e assim cada verbete, cada conceito, é uma espécie de diálogo entre filósofos. Trata-se, portanto, de um dicionário que tem a pretensão de ser, ele mesmo, mais um exercício de pensamento do que um simples repositório de reflexões.

Ao tomar a posição de dicionarista, Regina Schopke, não apaga sua formação de filósofa e retoma conceitos que são próprios da Filosofia, trazendo à tona esse desejo de que o leitor “exercite o pensamento”, mesmo em um dicionário, instrumento que é conhecido popularmente por estabelecer um sentido para as palavras e ter um efeito de completude. Os dicionários, sejam eles de especialidade ou não, tem um imaginário de que contém todos os sentidos, são completos no que dizem e trazem o sentido estabilizado. Ao tomar a posição-sujeito dicionarista, a autora do dicionário, ainda carrega em sua formação discursiva os princípios filosóficos, e busca romper com esse imaginário

de literalidade, colocando no prefácio seu desejo de que os verbetes sejam lidos de forma crítica. Ao instituir no prefácio o dicionário como um lugar no qual é possível exercitar o pensamento, o dicionarista, por sua escolha de palavras, põe em silêncio outras que não cabem na formação discursiva da especialidade em que a posição-sujeito está inserida. Para compreender o que consideramos como formação discursiva e formação ideológica mais detalhadamente, recorreremos novamente a obra de Pêcheux, *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio* (2014):

Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc). (Pêcheux, 2014, p.146-147)

Ao ocupar a posição-sujeito dicionarista, a formação discursiva da autora do dicionário não se anula, o dicionarista ainda se inscreve em uma formação discursiva que permite que seja dito que o Dicionário filosófico seja posto como “exercício de pensamento do que um simples repositório de reflexões”, uma vez que a reflexão é um dos pilares de sua formação como filósofa/historiadora. Estar na posição-sujeito dicionarista e assumir que o dicionário em questão não deve introduzir os conceitos de “modo dogmático nem como expressão da verdade última” é uma contradição no interior da posição-sujeito que está sendo ocupada, pois os dicionários são o lugar onde as definições das palavras/conceitos estão estabilizadas de certa forma. É a inscrição majoritária em uma formação discursiva da especialidade que possibilita colocar o dicionário como objeto

de uma leitura crítica, em contraste com a posição-sujeito dicionarista, que precisa impor determinados sentidos em detrimento de tantos outros, de certa forma estabilizando esse saber que está contido no dicionário.

Reforçamos que apresentar o *Dicionário Filosófico* como “reflexivo e crítico” traz efeitos de sentidos que se afastam dos que comumente vemos emergir na posição-sujeito dicionarista que comparece em dicionários de língua, por exemplo. Essa tomada de posição é uma entre tantas outras que poderiam ser tomadas pelo que chamamos de sujeito da ciência, que não é isento da ideologia, como podemos ver abaixo:

O sujeito da ciência é compreendido, então, como uma tomada de posição, entre tantas outras possíveis (não podendo também ser qualquer uma), num dado momento histórico no qual as circunstâncias determinam que haja uma dada produção do conhecimento e não outra, que esta produção estabeleça certas relações com o que está posto para promover os deslocamentos necessários, para fazer perguntas outras. (Petri; Silva, p. 15, 2016)

Nomear o dicionário como “*Dicionário filosófico*” é resultado de uma tomada de posição do sujeito dicionarista que busca promover esse deslocamento, afastando o dicionário da literalidade, guiando os sentidos de forma que o leitor possa compreender os verbetes como polissêmicos, uma vez que através da leitura, sentidos outros podem emergir. Sobre essa possibilidade de abertura dos sentidos, entendemos de acordo com Orlandi (2020):

No entremeio - entre o mundo e a linguagem – sujeito e o sentido, ao se constituírem, o fazem necessariamente na conjunção dessa relação. Estão expostos ao acaso (mundo) e ao jogo (linguagem), mas também a memória (mundo) e a regra (linguagem). Onde está o mesmo, está o diferente. A separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente. (Orlandi, 2020, p. 94)

Considerando o que Orlandi (2020) nos ensina sobre paráfrase e polissemia, entendemos

que a relação entre a estabilização do sentido e aquilo que é diferente/novo é tênue. Paráfrase e polissemia não são conceitos completamente delimitados; eles têm uma relação que ‘não é clara nem permanente’, e é no discurso que podemos observar seu funcionamento. Entendemos por polissemia aquilo que Orlandi (1998) define como o diferente nas mesmas condições de produção, onde há um deslocamento dos sentidos. Desse modo, quando esse sujeito dicionarista assume que o dicionário “tem a pretensão de ser, ele mesmo, mais um exercício de pensamento do que um simples repositório de reflexões” o espaço para a polissemia dentro do dicionário de especialidade é instituído. Ainda assim, quando a posição-sujeito dicionarista direciona e admite que os sentidos estão abertos para a polissemia no prefácio, isso não significa que a paráfrase (o mesmo, dito de outro modo) não compareça nos verbetes do dicionário. Observemos o recorte discursivo 2 (RD2):

Pouco, então, nos resta dizer, porque são os conceitos que importam aqui, como eles foram utilizados pelos filósofos e como alguns deles estão ligados a seus criadores de modo indelével. E que fique claro que não se trata de uma história do passado, mas de um registro presente e sempre aberto para o futuro, já que os conceitos estão em um devir permanente, que só cessará se o homem parar de pensar.

Ao ocupar a posição-sujeito dicionarista, Regina Schopke, apresenta no prefácio mais uma vez a questão de que os verbetes estão em “aberto para o futuro” em uma tentativa de desfazer o efeito de completude do dicionário, afirmando que as palavras ali contidas estão em aberto para sentidos outros, outras interpretações. Todavia ao estabelecer que é “um registro presente” compreendemos que o presente daquele momento está totalmente contido no *Dicionário Filosófico*, o que sabemos que não é possível. Ainda que os sentidos postos, de acordo com o

sujeito dicionarista, sejam passíveis de alterações, os conceitos (palavras, verbetes) continuam a ser aqueles que estão no interior do dicionário. A seleção desses conceitos silencia outros conceitos possíveis, nos guiando a pensar que o silêncio constitutivo é fundamental para que as palavras de um determinado sítio significante possam emergir de acordo com a formação discursiva da especialidade que é dominante no prefácio que analisamos.

Seguindo nossa análise para o recorte discursivo 3 (RD3), podemos notar mais uma contradição posta no prefácio do *Dicionário Filosófico*:

Pouco, então, nos resta dizer, porque são os conceitos que importam aqui, como eles foram utilizados pelos filósofos e como alguns deles estão ligados a seus criadores de modo indelével. E que fique claro que não se trata de uma história do passado, mas de um registro presente e sempre aberto para o futuro, já que os conceitos estão em um devir permanente, que só cessará se o homem parar de pensar.

Ao admitir a abertura para a polissemia no prefácio, através da posição-sujeito dicionarista se instala uma contradição, uma vez que, como já dito, os dicionários tem essa função de apresentar o sentido “verdadeiro”, “literal”, “estabilizado” impedindo essa abertura para outros sentidos e outras interpretações. Antes de desenvolver questões sobre o discurso, sabemos também que o próprio Michel Pêcheux era um filósofo, que circulava por outras áreas do conhecimento, e podemos perceber que sua formação perpassava suas formulações sobre discurso, sujeito e ideologia, ou seja, não há como se separar de uma posição. Mesmo ocupando a posição-sujeito de dicionarista, Regina Schopke, ao apresentar o *Dicionário Filosófico* ainda possui marcas da sua posição de filósofa, que segue produzindo

sentidos. Assim, podemos dizer que a autora do *Dicionário Filosófico*, ao tomar a posição-sujeito dicionarista, também reproduz sentidos que advêm da sua posição anterior como filósofa e historiadora.

Compreendemos que a posição-sujeito dicionarista está inscrita em uma formação discursiva da especialidade que busca esse efeito de completude, ao mesmo tempo em que sua contradição emerge ao admitir que “nem todos os conceitos filosóficos” estão postos no dicionário. De acordo com Pêcheux (2014) e Orlandi (2015), entendemos por formação discursiva aquilo que pode e deve ser dito em uma conjuntura sócio-histórica dada, e desse modo, o que é dito por quem ocupa a posição-sujeito dicionarista representa, no discurso, as formações ideológicas, e é a ideologia que produz os efeitos de sentido.

Para um efeito de conclusão...

O prefaciamento do dicionário e sua capa, funcionam como um observatório do discurso que suscita diversas leituras pelo viés histórico-discursivo. Até mesmo a nomeação de um dicionário produz sentidos, uma vez que “Dicionário de Filosofia” não produz os mesmos sentidos que “*Dicionário Filosófico*”, como colocamos ao longo do texto. O presente artigo buscou desconstruir as evidências sobre a posição-sujeito no prefácio do Dicionário Filosófico, considerando a opacidade para compreender o funcionamento das contradições e deslizos, para de fato, expor os efeitos de sentido que derivam do que está posto no instrumento estudado.

Compreendemos que o silêncio, como constitutivo da posição-sujeito dicionarista, produz sentidos no interior de uma formação discursiva dominante, materializando no discurso que uma escolha de palavras no

interior de um sítio significante e não outro atesta a presença da ideologia. É a questão da incompletude que emerge quando inúmeras outras palavras (pertencentes a outras FDs nas quais o sujeito dicionarista não está inscrito) são postas em silêncio tornando possível os sentidos outros, em meio a tensão entre polissemia e paráfrase. O silêncio constitutivo tem um papel fundamental no que se refere a posição-sujeito que está inscrita em uma FD da especialidade que determina o que pode e deve ser dito, uma vez que sem o silêncio, não seria possível a incompletude, e sem ela, não há abertura para a polissemia.

No dicionário que analisamos, o considerando em sua especialidade, as palavras na capa silenciam outras palavras, e no interior do instrumento linguístico os conceitos/verbetes escolhidos silenciam outros conceitos que poderiam compor a lista de verbetes do *Dicionário Filosófico*. É essa “falta”, essa “incompletude”, que surge pelas palavras silenciadas que torna possível que a polissemia ocorra, que a produção de efeitos de sentido possa emergir.

A posição-sujeito dicionarista, que tratamos no presente artigo, mostrou-se plena em contradições, uma vez que mesmo no prefácio de um dicionário, o dicionarista convoca os leitores para a reflexão, e não só para consulta, nos mostrando que há um funcionamento mais complexo do que encontramos nos dicionários de língua, por exemplo. Compreendemos que a posição-sujeito dicionarista é fundamental na construção de um dicionário de especialidade, e é a partir da posição-sujeito que ao tomar o silêncio como constitutivo se constroem as evidências e contradições no prefácio. Para concluir, retomamos Pêcheux:

O efeito da forma-sujeito do discurso, é pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-

paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos de imaginário linguístico (corpo verbal). (Pêcheux, p. 165, 2014)

Quando pensamos em um dicionário, seja ele de especialidade ou de língua, o que nos vem a mente é esse “imaginário linguístico”, não pensamos na posição-sujeito dicionarista como aquela que em sua relação com o silêncio constitutivo determina como deve ser construído o dicionário. Os sentidos produzidos pela posição-sujeito dicionarista no prefaciamento da obra emergem de uma formação discursiva dominante no interior da especialidade tratada, a filosofia, que permite que as palavras selecionadas para construir o prefácio sejam aquelas que constituem uma formação discursiva da especialidade, entrando em uma relação de contradição com particularidades da posição-sujeito dicionarista, que busca estabilizar, limitar e colocar os sentidos como literais.

Portanto, no que tange à questão que propomos, de compreender o silêncio como constitutivo da posição-sujeito dicionarista no prefácio do Dicionário filosófico, constatamos que no interior de uma formação discursiva dominante, que é a formação discursiva da especialidade, o silêncio constitutivo possibilita que as palavras sejam selecionadas com o intuito de materializar em forma de evidência a FD a qual pertencem, mesmo em meio a equívocos e contradições.

Referências bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- FLORES, Lucas Martins. A militância na/ da produção do conhecimento científico: uma análise discursiva do dicionário da educação do campo. 2019. 193 p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.
- NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- SHOPKE, Regina. Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2010.
- ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. RUA, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015 (1998). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626> Acesso em: 3 de novembro de 2025.
- ORLANDI, Eni. Lexicografia Discursiva. Alfa, São Paulo, v. 44, p. 1-395, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201/3797>. Acesso em: 2 de novembro de 2025.
- ORLANDI, Eni. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni. Análise de discurso: Princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- PETRI, Verli. A emergência da ideologia,

da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: O discurso na contemporaneidade: Materialidades e Fronteiras. Orgs. Indursky, Leandro-Ferreira, Mittmann. 1º Ed. São Carlos, 2009.

PETRI, Verli. Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos. 1. ed. Santa Maria: PPGL editores, 2010.

PETRI, Verli; SILVA, Kelly F. G. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. Língua e Instrumentos Linguísticos, Campinas, n. 37, p. jan.-jun., 2016. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.html>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Submissão: Novembro de 2025

Aceito: Dezembro de 2025.